



A nossa quarta entrevista é com a Professora Emérita da UFRJ, Alice Abreu. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1980), e Mestre em Sociologia pela LSE da Universidade de Londres (1971). Sua carreira acadêmica esteve toda vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde se aposentou como Professora Titular. Além das suas atividades docentes e de pesquisa, vinculadas ao tema de gênero e trabalho, foi coordenadora da Pós-Graduação, Chefe de Departamento de Sociologia, e representou o departamento nos mais altos conselhos do Instituto e da Universidade. Secretária Executiva da ANPOCS nos anos 80, teve importante participação na recriação da Sociedade Brasileira de Sociologia. Foi Presidente da área de Sociologia na CAPES de 1993 a 1997. Ocupou outros cargos no Brasil e no exterior: Vice-Presidente do CNPq, Diretora do Escritório de Educação e Ciência e Tecnologia da OEA (Organização dos Estados Americanos), foi Diretora do Escritório Regional da América Latina e Caribe do ICSU (International Council for Science). Foi também Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho. Com ativa participação na ISA (International Sociological Association), onde foi presidente do RC30 Sociologia do Trabalho por dois mandatos nos anos 90 e foi eleita por dois mandatos para seu Conselho Executivo, de 2002 a 2010. Desde 2014 é a vice-presidente do RC23 Sociologia da Ciência e Tecnologia. Mais recentemente, Alice Abreu foi a diretora do GenderInSITE (www.genderinsite.net), um programa internacional para promover a igualdade de gênero em ciência, inovação, tecnologia e engenharia, de 2015 a 2017.

Atualmente segue ativa na área de políticas de igualdade em ciência e tecnologia, como membro de distintos comitês, como o Gender Advisory Board da Comissão para Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento das Nações Unidas (UN Commission on Science and Technology for Development). A Profa. Alice Abreu recebeu a Ordem Nacional do Mérito Científico do Brasil (Comendador) em 2001; a Palmes Académiques (Officier), do Ministère de

la Jeunesse, de l'Éducation Nationale et de la Recherche da França em 2003; o Prêmio Florestan Fernandes de Sociologia em 2009 e o Prêmio de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci de Sociologia em 2013. Em fevereiro de 2020 recebeu a Menção Honrosa da primeira edição do Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Desde 2022 é International Honorary Member da American Academy of Arts and Sciences.

Temos grande prazer em trazer a público esta entrevista, conduzida por Bila Sorj (Neseg/PPGSA/ UFRJ), com Alice Abreu, uma das fundadoras do primeiro núcleo de estudos de gênero do Laboratório de Pesquisa Social/IFCS/UFRJ nos anos 1980. Alice nos brinda com uma análise abrangente e sagaz dos avanços e desafios a serem enfrentados na relação das mulheres com a ciência. Mapeando tais esforços no Brasil e em nível internacional, traça um quadro variado e complexo de mudanças necessárias, que vão desde melhorias dos indicadores de participação de mulheres no campo científico até a real integração da perspectiva de gênero na formulação de perguntas, no desenho da metodologia e na interpretação de dados. Como argumenta Alice, quanto mais diversidade, melhor a ciência.



Bila Sorj: Já faz um bom tempo que você tem se dedicado a estudar a relação entre gênero e ciência e a promover a participação de mulheres nas carreiras científicas. Fale-nos um pouco sobre o seu percurso institucional neste campo.

Alice Abreu: Acho que tudo começou ainda nos meus tempos de UFRJ, na participação em diferentes conselhos da universidade e nos meus anos de presidente de área na CAPES, conhecendo colegas de outras disciplinas e percebendo as diferentes perspectivas e práticas das diferentes áreas científicas. A experiência da ANPOCS também ajudou, nosso grupo Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais tinha o gênero como uma variável central mas também envolvia pesquisadores de outros campos científicos, engenheiros, economistas, e ficava claro que havia diferenças importantes, ainda que complementares e enriquecedoras. Minha ida para o CNPq reforçou esse interesse. Foi um momento importante, trabalhando de

perto com engenheiros e físicos e tendo que atender, e entender, as demandas muito diversas dos diversos campos científicos no Brasil e também internacionalmente, já que fiquei responsável pela cooperação internacional pelos três anos em que estive no Conselho. Mas acho que a relação gênero e ciência como interesse de reflexão se solidificou realmente durante minha estadia na OEA, em Washington. Você, como uma das participantes, deve se lembrar da reunião de especialistas em gênero que convoquei em 2004 como parte do processo de preparação para a primeira reunião de ministros em C&T no hemisfério. Essa reunião selou uma colaboração que dura até hoje com a Shirley Malcom, então diretora de educação da AAAS (American Association for the Advancement of Science), a SBPC americana, mas também membro do GAB, o Gender Advisory Board da Comissão da ONU sobre Ciência, Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD) . E abriu as portas para pensar mais sistematicamente sobre gênero e ciência, área na qual o GAB foi pioneiro. Esse grupo havia preparado um importante documento para a reunião de mulheres em Beijin, onde, se me lembro bem, você também esteve presente, levando um documento do Brasil feito por um grupo grande no qual participei. Foi em Beijin que pela primeira vez a questão da mulher e ciência entrou na pauta. Mas a reunião em Washington, dez anos depois, abriu para mim toda uma literatura e discussão específicas e muito rica. Outra experiência importante foi meu período como diretora do Escritório Regional para América Latina e Caribe do ICSU, como então se chamava o International Science Council. Uma parte central do trabalho do escritório foi preparar quatro planos científicos para a região, em biodiversidade, energia, desastres naturais e ensino da matemática. Trabalhei por mais de um ano com quatro comitês com os melhores especialistas nos temas e foi uma experiência fantástica. Ainda que o gênero não fosse um interesse específico, trabalhar de perto com cientistas de primeira linha nesses temas, muitos deles mulheres, foi novamente um momento importante de reflexão. Além disso, organizei também discussões e eventos específicos sobre gênero e ciência e pude acompanhar de perto a evolução do tema. E não menos importante foi meu tempo no GenderInSITE, onde continuei a desenvolver atividades sobre o tema. Como vê, faz algum tempo que estou metida nesse assunto!

Bila Sorj: As disparidades de gênero no campo científico continuam muito acentuadas, apesar dos grandes avanços da presença feminina nas universidades nas últimas décadas. A divisão de gênero entre campos de conhecimento, a produção científica e o financiamento são ainda muito desiguais. Nas ciências exatas, engenharias e áreas tecnológicas, que terão um impacto crescente na educação e no trabalho, há uma presença desproporcional de homens. Como

você percebe as principais barreiras para se alcançar a igualdade de gênero na ciência e quais políticas de promoção de igualdade vêm sendo promovidas nos fóruns internacionais?

Alice Abreu: Uma das importantes consequências de ter colocado o tema na pauta em Beijin foi que houve uma explosão de estudos, pesquisas e análises que dissecaram a questão sobre muitos pontos de vista. Uma das experiências importantes foi a da União Europeia, que em 1999 criou o Helsinki Group on Women and Science, que incluía os 27 países e produziu sínteses sobre todos os temas centrais da questão, desde análises sobre carreiras científicas de mulheres, sobre a importância de indicadores, sobre estruturas de financiamento e publicações científicas, sobre a construção da excelência na ciência, sobre o equilíbrio família e trabalho. Também se produziu muita coisa nos Estados Unidos e na América Latina. Toda essa produção mostrou claramente que o problema é um problema sistêmico onde normas, regras e práticas da atividade científica estão fortemente ancoradas numa hierarquia que favorece homens e que alterá-las não é tarefa fácil. Mas o que mudou radicalmente nos últimos anos é o fato do problema ser hoje reconhecido e estar sendo enfrentado de diversas maneiras e por diversas instituições. Mais uma vez as organizações internacionais jogam um papel importante, introduzindo ações pioneiras para enfrentar a questão. Assim, por exemplo, a União Europeia no seu programa de financiamento de pesquisa exige hoje que o pesquisador explicitamente como irá tratar a questão do gênero; o mesmo se dá nos financiamentos do National Institute of Health, nos Estados Unidos. A rede de conselhos nacionais de pesquisa, o Global Research Council, onde o Brasil é representado pela FAPESP, tem apresentado muitas ações interessantes por diversos países como Irlanda, Suécia e outros, para enfrentar a questão do gênero no financiamento de pesquisa. Mas um obstáculo importante e muito prevalente é a falta de indicadores relevantes e confiáveis. Mais uma vez a União Europeia foi pioneira, ao instituir o SHE Figures, um conjunto de indicadores sobre gênero e ciência publicado a cada 3 anos desde 2003. A UNESCO em 2019 desenvolveu o projeto, SAGA (STEM and Gender Advancement) que propôs uma lista completa de indicadores relevantes e uma metodologia para implementá-los, mas o número de países que participaram ainda é pequeno, e o Brasil não é um deles. Um outro exemplo de como medir corretamente os fenômenos é importante são os relatórios da Fundação Elsevier sobre publicações sob uma lente de gênero. Criando um dicionário de nomes próprios femininos e masculinos para vários idiomas, foram capazes de dissecar os padrões de publicação para muitos países, incluindo o Brasil, e mostrar como as mulheres participam nas publicações científicas. Outro exemplo fascinante é o da Espanha, que conseguiu integrar a

questão de gênero na legislação de C&T, graças ao trabalho intenso de algumas feministas importantes. Uma delas, Inês Sanchez de Madariaga, coordena hoje uma das cátedras UNESCO e tem um portal em que se pode encontrar várias publicações ensinando como montar e desenvolver projetos e programas de igualdade de gênero em ciências, que são muito úteis. Outro exemplo importante de como organizações internacionais influenciam de forma positiva políticas nacionais é o da cátedra regional UNESCO para Mulher e Ciência na América Latina e Caribe, sob a coordenação da Glória Bonder, com um intenso e relevante trabalho sobre educação universitária e ciência. Como alterar formas pedagógicas e currículos para introduzir de forma eficaz a questão de gênero no ensino de computação, engenharia, matemática, física, é outro tema de importância incontestável, mas de difícil aplicação.

Bila Sorj: Nos últimos anos, e agravado pela pandemia do Covid-19, assistiu-se ao aparecimento de muitas iniciativas que lutam para aliviar o efeito da chamada “penalidade da maternidade” sobre as carreiras das mulheres. O que mudou ou pode vir a mudar? Quais iniciativas você destacaria, neste sentido?

Alice Abreu: O equilíbrio entre família e trabalho é uma das questões mais visíveis e que mais atingem as mulheres num momento crucial das suas carreiras, durante ou logo após o doutorado, quando começam a estruturar uma carreira profissional. Mas hoje se sabe que a questão do cuidado vai além da maternidade e engloba o cuidado dos pais e o acompanhamento de pessoas doentes, que se prolongam por muitos anos. Acho que em algum país da Europa se fala hoje de “filha pesquisadora” como uma outra questão para se considerar, além da maternidade. De qualquer forma, a maternidade continua a ser uma questão central e muitas iniciativas se formaram para enfrentar essa questão. O Brasil tem um excelente exemplo de grande sucesso, uma organização formada em 2016, Parent in Science, que tem, eu acho, vários pontos a seu favor. Primeiro coloca a questão da parentalidade, i.e., inclui os homens/pais na equação, e não apenas as mulheres. Se os homens/pais não alterarem seus comportamentos, a questão nunca será resolvida de forma satisfatória. Segundo, conseguiu colocar o tema na mesa de forma enfática e tem conseguido conquistas importantes, como a consideração da maternidade na avaliação dos currículos das pesquisadoras. Terceiro e de forma louvável, conseguiram que o CNPq estendesse por um período as bolsas de doutorado para as pesquisadoras que tiveram um filho durante o período da bolsa.

Bila Sorj: Você tem insistido que a necessidade de mais mulheres na ciência vai além de questões éticas e de justiça. Você argumenta que os próprios resultados científicos seriam mais rigorosos se a perspectiva de gênero fosse integrada às agendas e práticas de pesquisa. Como esta abordagem, que valoriza a diversidade das equipes de pesquisa, tem sido recebida pelas instituições, associações e sociedades científicas que, em geral, concebem a boa ciência como neutra de gênero?

Alice Abreu: Todos esses anos de pesquisas e análises alteraram de forma notável a percepção da questão de gênero e ciência. Você tem toda razão em dizer que a boa ciência, principalmente nas ciências exatas, era, e ainda é muitas vezes, considerada como neutra de gênero. O problema era visto, portanto, como um problema das mulheres, que não tinham as condições e/ou a vontade de se adaptarem às regras da boa ciência. As notáveis exceções só reforçavam essa visão. Assim as primeiras iniciativas eram principalmente iniciativas que visavam aumentar o número de mulheres nas diferentes áreas científicas. No entanto, quando as regras e normas levavam a uma competição mais igualitária, as mulheres entraram com força e hoje, no mundo ocidental, mulheres são maioria nas universidades e, em muitos países, nos estágios iniciais da carreira científica. O Brasil é um bom exemplo dessa realidade. Desde a fundação do CNPq e CAPES em 1951, foram instituídos programas de formação e treinamento, com bolsas que vão da iniciação científica às de mestrado e doutorado, que não tinham um enfoque específico de gênero, mas que eram aplicados de forma universal e baseados na qualificação. As mulheres brasileiras aproveitaram de forma notável essas oportunidades: são a maioria dos universitários desde final dos 80, a maioria dos mestres desde final dos 90 e a maioria dos doutores desde 2004. Eu tenho uma teoria da razão desse sucesso, ainda que não tenha uma prova cabal, que é a de que esses programas foram instrumentalizados de forma muito descentralizada, o que permitiu evitar a influência de preconceitos que vigoravam nos conselhos e comitês majoritariamente masculinos. Nunca atingimos sucesso semelhante nas bolsas de produtividade, por exemplo, onde a distribuição é realizada por comitês centralizados em Brasília e onde a participação feminina nas bolsas de tipo A está estacionada há mais de uma década nos 23 a 24%.

Mas voltando à mudança de percepção do tema ao longo dos últimos anos, com o acúmulo de conhecimento e investigações logo se viu que o problema não era das mulheres, e que a crescente participação feminina não era boa para as mulheres, mas era boa para a ciência. Desde o início dos anos 2000s já se ouvia muitas autoridades do sistema científico europeu dizerem “mais mulheres, melhor ciência”. Um dos espaços mais importantes para a disseminação

dessa nova perspectiva foram os encontros do Gender Summit, que desde 2011 reúne uma vez por ano, num encontro de dois dias, as mais altas autoridades do sistema científico e especialistas do tema. Como se pode ler no seu portal, o Gender Summit apontava que “evidências de pesquisa mostram que, ao contrário da suposição frequentemente sustentada de que a ciência é neutra em termos de gênero, na verdade, o conhecimento científico tem mais evidências para homens do que para as mulheres, os resultados de pesquisa são frequentemente piores para as mulheres do que para os homens e os homens continuam a garantir a maioria dos empregos de alto nível na ciência e a maior parte do financiamento de pesquisa”.

Nessa citação são abordados as novas perspectivas sobre mulher e ciência, que a Londa Schiebinger resume de forma tão eficaz nos três “fixes” que ela aponta, as três coisas que devem ser enfrentadas para conseguir uma real igualdade na ciência e tecnologia: [i] fix the numbers – consertar os números, que no meu entendimento quer dizer não apenas aumentar o número de mulheres nas áreas de STEM mas também garantir indicadores de boa qualidade; [ii] fix the institutions – apontando que as mudanças estruturais institucionais são o único caminho eficaz para uma real mudança; e [iii] fix the knowledge – a última fronteira dos programas de inclusão e igualdade, onde a questão de sexo e gênero são inseridas na metodologia de pesquisa e aparecem como variáveis relevantes.

Quem sabe converso um pouco sobre cada um desses temas, tomando o Brasil como exemplo. No primeiro, a questão dos números, como já disse, o Brasil não faz feio se olharmos o quadro mais geral. Mulheres são maioria em um grande número de áreas científicas, inclusive em algumas de STEM, como biologia, ciências da vida, engenharia de alimentos, engenharia química, em algumas áreas da medicina. Mas como em muitos outros países, algumas áreas parecem resistir fortemente à introdução de mais mulheres: física, matemática, muitas engenharias (elétrica, naval, engenharia da computação), ciências da computação. Na computação tem havido inclusive um retrocesso, se olharmos os últimos 20 anos. E muitas dessas áreas são a base para as ocupações do futuro, e seria importante que as mulheres estivessem presentes. Muitas razões são aventadas para essa resistência, desde preconceitos adquiridos muito antes do ensino universitário até as estruturas de ensino e pesquisa nessas áreas, que afastam as poucas candidatas que se aventuram, e a falta de modelos e referências. Outro problema que temos é a questão de dados. Algumas instituições como o CNPq apresentam algumas tabelas desagregadas por sexo, mas não temos nada parecido com o She Figures para o sistema como um todo. Mas como corrigir isso? É aí que entra o enfoque institucional. Com a avalanche de ações e iniciativas de toda ordem já em prática, muita coisa foi aprendida, mas muitas vezes não

na escala necessária, não para todos os grupos, não de forma permanente. A lição principal é que uma real mudança tem que ser estrutural-institucional. E aí reside o problema, porque mudanças estruturais institucionais não são simples. Muitas experiências internacionais tentam, com distintos níveis de sucesso, enfrentar o problema. A União Europeia financiou projetos de cinco anos para que redes de universidades promovessem planos de inclusão e equidade. Os relatórios finais desses projetos nem sempre são positivos. A Inglaterra tem há mais de 20 anos o programa Athena SWAN, que orienta a concessão de financiamento com base no sucesso de planos institucionais de equidade e inclusão. Os Estados Unidos financiaram várias instituições por 10 anos com esse mesmo objetivo no programa ADVANCE e hoje se junta à Inglaterra com um programa semelhante, o SEA Change. Austrália e Canadá desenvolvem programas no mesmo sentido.

E no Brasil? Vemos que aqui também a questão está na mesa, com uma enorme quantidade de iniciativas e ações por organizações, universidades, grupos de cientistas e empresas. Mas muitos com os mesmos problemas, sem permanência e com diferentes amplitudes e escalas, mesmo que tenham sucesso e conquistem vitórias importantes. Mas acho que estamos no limiar de uma mudança significativa, com muitas universidades propondo desenvolver planos de equidade e inclusão. O maior exemplo disso é a recém-criada Rede Equidade da FAPESP, que reúne as 7 universidades públicas do estado de SP e tem como objetivo a elaboração de planos de equidade e inclusão em cada uma delas. Em muitas universidades a questão de equidade e inclusão também deixou de ser um nicho, e foi colocada na estrutura central da universidade, como a pró-reitoria criada na USP. É muito importante, pois muitas das agências financiadoras, como FAPESP, FAPERJ, Instituto Serrapilheira, estão desenvolvendo ações específicas e focadas em ampliar a diversidade e inclusão no sistema científico.

De novo, não é tarefa fácil. Porque diversidade e inclusão nos dias de hoje vão muito além do gênero, incluindo raça, etnicidade, geração, identidade sexual, e tantas outras variáveis que sustentam a enorme desigualdade da sociedade brasileira. O Brasil mais uma vez inovou, com as cotas raciais para a entrada na universidade, cuja avaliação, depois de 10 anos, tem sido muito positiva. Os novos financiamentos visam muitas vezes dar apoio a esses novos alunos e alunas que começam a se profissionalizar e que precisam de um estímulo extra para consolidar uma carreira. E um outro dado recente e positivo, depois dos últimos quatro anos de terror, é que agora temos uma presença feminina efetiva nos cargos mais altos não só da ciência e tecnologia, mas também de outras áreas. E pessoas da melhor qualidade integrando as esferas de tomada de decisão nos mais diferentes campos de C&T.

Finalmente, para terminar, como alterar o conhecimento mesmo? Como já mencionei, é a última fronteira do ecossistema científico, mas também cada vez mais reconhecida e analisada. No começo dessa discussão, liderada mais uma vez pela União Europeia e pelos Estados Unidos, através do projeto Gendered Innovations, eram poucos os exemplos que se davam para exemplificar a importância de considerar o sexo e gênero na pesquisa e na tecnologia: como as mulheres têm sintomas muito diferentes dos homens nas doenças cardiovasculares; como os cintos de segurança de carros foram por muito tempo modelados para homens magros de mais de 1 metro e oitenta de altura, e como qualquer pessoa fora desse padrão, mulheres, mulheres grávidas, gordos e obesos, não estão suficientemente protegidos. Hoje em dia, no entanto, os exemplos são inúmeros, e estudos rigorosos de que utilizar, no caso das ciências da vida, amostras puramente masculinas ou sem identificação do sexo, pode trazer fortes consequências negativas para a pesquisa e suas aplicações. Isso é verdade inclusive para pesquisas a níveis celulares: o sexo das células pesquisadas tem que ser considerado para um resultado válido. Mais uma vez vou citar a Londa Schiebinger, que com outros coautores num artigo na Nature diz que o problema está agora reconhecido como importante, mas que alguns atores serão fundamentais para que se avance na real integração de sexo e gênero na formulação de perguntas, no desenho da metodologia e na interpretação de dados: os cientistas (homens e mulheres), as agências de financiamento, as revistas científicas com revisão por pares e as universidades. Aqui no Brasil essa discussão mal começa. Mas os novos avanços na transformação institucional, mencionados há pouco, certamente trarão essa questão à tona. Ver como avançará será uma das metas para os próximos anos!



Entrevista realizada no dia 16/05/2023 para a série "Mulheres, movimentos sociais e trabalho" do Neseq.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Sociologia & Antropologia

Neseq - Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (<https://www.nesegufrj.com.br/>)